

ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15 - NIRE 35300046536

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2012. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Nota	2012	2011
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.391	1.137
Contas a receber de clientes	8	30	159
Dividendos a receber	17	1.093	935
Impostos e contribuições a recuperar	9	8.710	8.771
Adiantamentos a fornecedores	16	1.225	1.160
Operações de mútuo	17	—	311.546
Outros créditos	11	26	21
Total do ativo circulante		20.493	323.954
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	10	10.756	10.756
Depósitos judiciais	15	22.455	23.155
Operações de mútuo	17	328.590	25.812
Outros créditos	11	308.997	—
Investimentos	12	12.884	12.378
Imobilizado	13	5	793
Total do ativo não circulante		683.687	72.894
Total dos ativos		704.180	396.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 2010	141.327	9.634	4.715	(177.982)	(122.306)
Realização da reserva de reavaliação	—	(791)	—	(18.945)	—
Em 2011	141.327	8.843	4.715	(296.136)	(141.251)
Integralização de capital	334.237	—	—	—	334.237
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(37.407)	(37.407)
Realização da reserva de reavaliação	—	(8.843)	—	8.843	—
Em 2012	475.564	—	4.715	(324.700)	155.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem sua capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas.

2 Entidades da Companhia

Entidade	Cidade/Estado - País	2012	2011
Imocop Empreendimentos e Participações S.A. São Paulo/SP - Brasil	Coligada	30,58%	30,58%

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia possui como atividade preponderante a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parceria, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD); • Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas, sobre pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material durante o próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 4.c.(iii) - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); • Nota explicativa nº 15 - Provisões para contingências.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. Essas variações são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras. **b. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expira, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como ativo ou passivo líquido. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a receber de clientes, Adiantamentos a fornecedores, Operações de mútuo e Outros Créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerado de liquidez imediata. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) *Capital Social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto social são reconhecidos como passivo, caso o balanço patrimonial não seja suficiente para aprová-los. **Assembleia Geral Ordinária da Companhia e seu reconhecimento no patrimônio líquido:** Os deliberados antes do final do exercício. **c. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A Companhia não mensurou os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o custo atribuído. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de maneira confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2012
Máquinas e equipamentos	6,10%
Equipamentos de processamento de dados	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **e. Redução ao valor recuperável de ativos (Imparidade):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se o valor contábil dele excede o valor de mercado. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, uma perda é reconhecida no resultado do exercício e refletida em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". (ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso contrário, o valor contábil de um ativo não financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se o valor contábil dele excede seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida no resultado do exercício e refletida em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração".

f. Instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2012, foi realizada a reclassificação da rubrica "Caixa e equivalente de caixa" de disponível para venda para instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado, para melhor adequação de apresentação.

	2012	2011
Total não circulante	206.917	16.983
Tributárias	206.917	16.983
Depósito Judicial	6.308	—
Trabalhistas	—	9.541
Depósito Judicial	—	6.031
Total de Provisão para contingências	—	216.548
Total de Depósitos judiciais	—	23.014

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se a contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

Extraordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2012. A integralização deu-se da seguinte forma: (a) R\$ 25.559 (25.558.594 ações) em moeda corrente nacional, e (b) R\$ 308.678 (308.678.521 ações) mediante cessão de direitos de crédito que a controladora detém com seus associados, conforme discriminado no anexo I da Ata da Assembleia supracitada. Com relação a tais direitos de crédito, a controladora, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 10 da Lei 6404/76, responderá pela solvência dos respectivos devedores. **Reservas de reavaliação:** Decorrem de bens reavaliados espontaneamente a valores de mercado, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão destacados no exigível a longo prazo. No decorrer do exercício encerrado em 31 de março de 2012 a reserva de reavaliação e os impostos diferidos foram baixados, em função da alienação dos ativos objetos. **Reserva legal:** Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

19 Receitas líquidas

	2012	2011
Vendas de produtos		
Açúcar	-	19.260
Outros	47	113
Total	47	19.373
Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:		
Receita bruta fiscal	62	19.384
Menos:		
Impostos sobre vendas	(15)	(11)
Total	47	19.373

20 Outras receitas

	2012	2011
Reversões de provisões passivas	4.346	709
Parcelamento de impostos	-	(27.878)
Outras receitas	1.728	6.582
	6.074	(20.587)

21 Outras despesas

	2012	2011
Despesas bancárias	(24)	(80)
Despesas com contingências e autos de infração	(5.967)	(3.220)
Despesas com outros impostos	(3)	(219)
Outras despesas	(2.145)	(7.363)
Baixa de imobilizado	(775)	-
	(8.914)	(10.882)

22 Financeiras líquidas

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas com operações financeiras	30	1.597
Juros sobre mútuo	-	21.460
Valor justo de instrumento financeiro	-	-
Outras receitas financeiras	4.439	1.164
	4.469	24.221

Despesas financeiras

Despesas com operações financeiras	-	(266)
Comissões e despesas bancárias	(62)	-
Despesas com provisões para contingências	(2.190)	(2.004)
Descontos concedidos	(2)	-
Juros sobre impostos parcelados	(29.915)	-

	2012	2011
Despesas com exportação	-	(1.592)
Outras despesas financeiras	(82)	(518)
	(32.251)	(4.380)
Financeiras líquidas	(27.782)	19.841

23 Despesas por natureza

	2012	2011
Custo dos produtos exceto fretes, transbordo e armazenagem	(392)	(19.102)
Depreciação e amortização	(12)	(694)
Despesas com pessoal	(840)	(317)
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	-	(1.298)
Outras despesas	(7.087)	(2.331)
	(8.331)	(23.742)

Classificado como:

Custo das vendas	(42)	(20.401)
Despesas administrativas	(8.289)	(3.341)
	(8.331)	(23.742)

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Eventos subsequentes

A emissão das demonstrações financeiras foi proposta pela Diretoria e aprovada em Assembleia pelos acionistas em 20 de abril de 2012.

DIRETORIA

Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente
Luís Roberto Pogetti - Diretor Presidente

Luís Felipe Schiriak - Diretor
Maurício de Mauro - Diretor

Soren Hoed Jensen - Diretor
Contador - Carlos Cavalcante Guimarães - CRC-TEC 1SP 194441/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arrepar Participações S.A. em 31 de

março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia vem acumulando prejuízos operacionais, condições que evidenciam sua dependência de suporte financeiro da sua controladora, Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Companhia em continuidade normal dos negócios, portanto, não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderiam vir a ser necessários em função da resolução deste assunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ribeirão Preto, 20 de abril de 2012

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Aos Administradores e Conselheiros da Arrepar Participações S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Arrepar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras